

MENTES PENSANTES ENCARAM NOVOS DESAFIOS



 Receita Federal



Programa
**Cidadania
Fiscal**

**MENTES PENSANTES
ENCARAM NOVOS DESAFIOS**

Educação Fiscal

Cidadania e Conscientização Tributária

Ensino Fundamental II

2025



MENTES PENSANTES ENCARAM NOVOS DESAFIOS

Autoria

Priscila Pitta Penna - Analista-tributária da Receita Federal do Brasil
Representante de Cidadania Fiscal na 8ªRF

Ilustrações

Moisés Boaventura Hoyos - Analista-tributário da Receita Federal do Brasil
Equipe inter-regional de Conscientização Tributária da RFB

Proposta de temas a serem abordados

Vicente Bruno C. de Oliveira - Analista-tributário da Receita Federal do Brasil
Equipe inter-regional de Conscientização Tributária da RFB

Revisão gramatical

Juliana Hatoum Machado - Assistente técnico-administrativa
Equipe de Linguagem Simples do Centro de Economia Comportamental da RFB

Supervisão do Projeto

José Batista Laurido Junior - Analista-tributário da Receita Federal do Brasil
Representante Regional de Cidadania Fiscal da 2ªRF

Coordenação do Projeto

Ana Paula Sacchi Kuhar - Analista-tributária da Receita Federal do Brasil
Gerente Nacional de Cidadania Fiscal da RFB

Publicação: Receita Federal do Brasil (RFB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mentes pensantes encaram novos desafios [livro eletrônico] : educação fiscal : cidadania e conscientização tributária : ensino fundamental II / [Priscila Pitta Penna ; coordenação Ana Paula Sacchi Kuhar ; ilustração Moisés Boaventura Hoyos]. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Ed. dos Autores, 2025.
PDF

ISBN 978-65-01-34140-8

1. Cidadania (Ensino fundamental) 2. Educação fiscal 3. Impostos 4. Tributação I. Penna, Priscila Pitta. II. Kuhar, Ana Paula Sacchi. III. Hoyos, Moisés Boaventura.

25-254028

CDD-372.832

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidadania : Ensino fundamental 372.832

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução total ou parcial deste livro, desde que citada a fonte.

Jovens mentes pensantes.

Que tal aprendermos sobre como o exercício da Cidadania e a Educação Fiscal ajudam a encarar os desafios do lugar onde vivemos?

Junto com os cinco personagens da história deste livro, vamos viver a experiência de participar de um campeonato estudantil que reúne jovens das várias províncias do país.

Para avançar nas etapas do torneio, os times precisam encontrar a melhor estratégia para superar os desafios.

Antes de começarmos, aqui vão algumas dicas:

Quando estudamos a nossa história e a do mundo, percebemos que os tributos existem há muito tempo, desde as civilizações antigas.

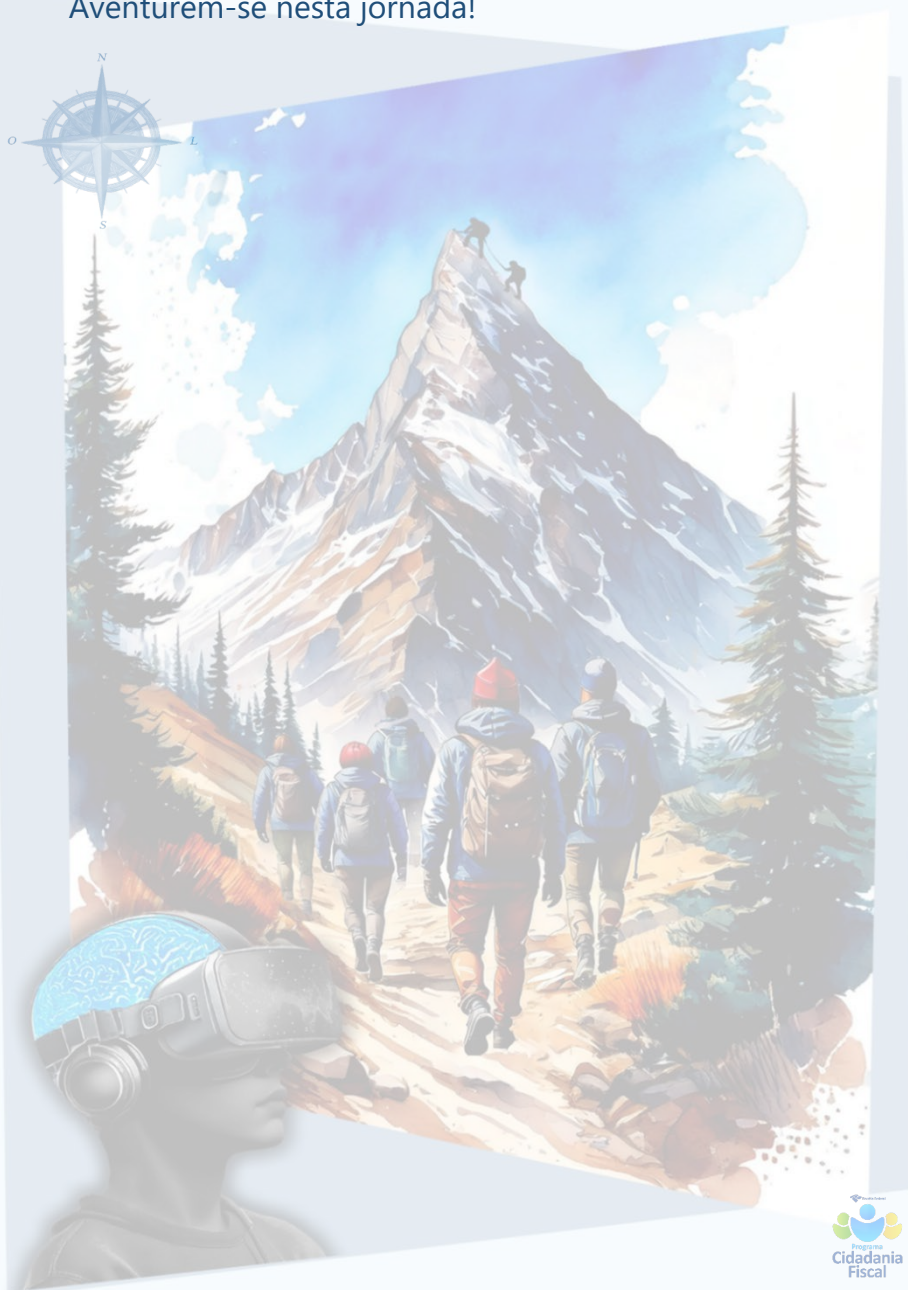
Já o exercício da Cidadania é um processo de construção coletiva que se desenvolve conforme as civilizações amadurecem e evoluem. Os direitos dos cidadãos, que permitiram a participação ativa na vida em sociedade e no governo de um país, foram conseguidos gradativamente ao longo dos últimos séculos.

Muitos dos países atuais foram constituídos na modernidade como Estados democráticos regidos por uma Constituição e por leis, que garantiram direitos e estabeleceram deveres aos seus cidadãos nas esferas: civil, social e política.

Com a Cidadania Fiscal veio a consciência de que os tributos servem para financiar políticas públicas governamentais que correspondam aos anseios de toda a sociedade.

Portanto, a sociedade passa a contribuir com tributos para que o Estado realize investimentos, obras e forneça serviços públicos com o objetivo de promover o bem-estar social e econômico do país.

Aventurem-se nesta jornada!



Sumário

<u>Introdução.....</u>	7
<u>Solidariedade: o que nos une em sociedade.....</u>	14
<u>Patrimônio público é um bem comum que precisamos conservar.....</u>	21
<u>De onde vem o dinheiro para manter o que é de todos?.....</u>	25
<u>Nota Fiscal e Cupom Fiscal: aliados da sociedade.....</u>	28
<u>Tributo e Constituição: O que uma coisa tem a ver com a outra?.....</u>	33
<u>Estado Democrático de Direito: vamos entender o que é?.....</u>	40
<u>Como ser um cidadão participativo.....</u>	48
<u>Orçamento Público e o direito à informação de fácil compreensão.....</u>	54
<u>Políticas Públicas.....</u>	64
<u>Controle Social.....</u>	69
<u>E o que é corrupção?.....</u>	76
<u>Produto pirata é fria!.....</u>	80
<u>A sonegação prejudica a todos.....</u>	85

N

O

L

S



Introdução

Era chegando o grande evento, tão aguardado por competidores juvenis de todo o país.

Por alguns dias, o “Campeonato Estudantil Mentres Pensantes Encaram Novos Desafios” seria uma arena para o debate de ideias sobre temas instigantes, bem como um espaço para elaborar estratégias e propor soluções. Além disso, o torneio era um ambiente de interação entre os participantes.

Cada um dos estudantes sabia da imensa responsabilidade que tinha. Afinal, eles representavam os anseios dos jovens de todos os distritos de uma das cinco regiões autônomas do país: as províncias 1, 2, 3, 4 e 5.

O campeonato estudantil costumava ser uma experiência enriquecedora e uma oportunidade para desenvolver a cidadania.

O começo do caminho de cada um dos finalistas era parecido com o de Pedro. Independentemente de serem alunos de escola pública ou privada, tinham em comum a vontade de contribuir para a resolução de problemas que afetavam a sociedade em que viviam.

O início da jornada acontecia no ambiente escolar com dinâmicas e atividades para despertar o interesse dos alunos quanto à importância da participação de todos na construção da sociedade e do país, tanto sob o aspecto cívico quanto político.

Durante um período do ano, as escolas dos distritos faziam um mergulho dentro de suas realidades, mapeavam as deficiências e propunham desafios a serem superados dentro do tema do ano. O “Campeonato Estudantil Mentres Pensantes Encaram Novos Desafios” representava o ápice da jornada.

Pedro era um dos integrantes da equipe vencedora da Província 2, cujas principais características eram o desenvolvimento tecnológico, a arquitetura inovadora e o intercâmbio comercial com outras nações e continentes.

Na direção sudoeste do mapa estava a Província 3, uma região repleta de riquezas naturais, florestas, rios, além de ser o polo industrial do país. Numa das vizinhanças de um de seus distritos vivia Sofia, uma jovem falante, contestadora e estudiosa.

As outras equipes pertenciam às Províncias 1, 4 e 5, que se diferenciavam pelos seus picos e montanhas rochosas, pelas lindas praias e pela vasta área agropecuária, respectivamente.

O tema definido para o debate anual não tinha sido nada fácil: “Educação Fiscal para o pleno exercício da Cidadania: o que falta para chegar lá?”

Embora fosse um assunto espinhoso, para a juventude era um desafio e, portanto, muito bem-vindo!

A equipe da Província 2 sabia bem como a Educação Fiscal havia sido capaz de transformar a região ao longo do tempo.

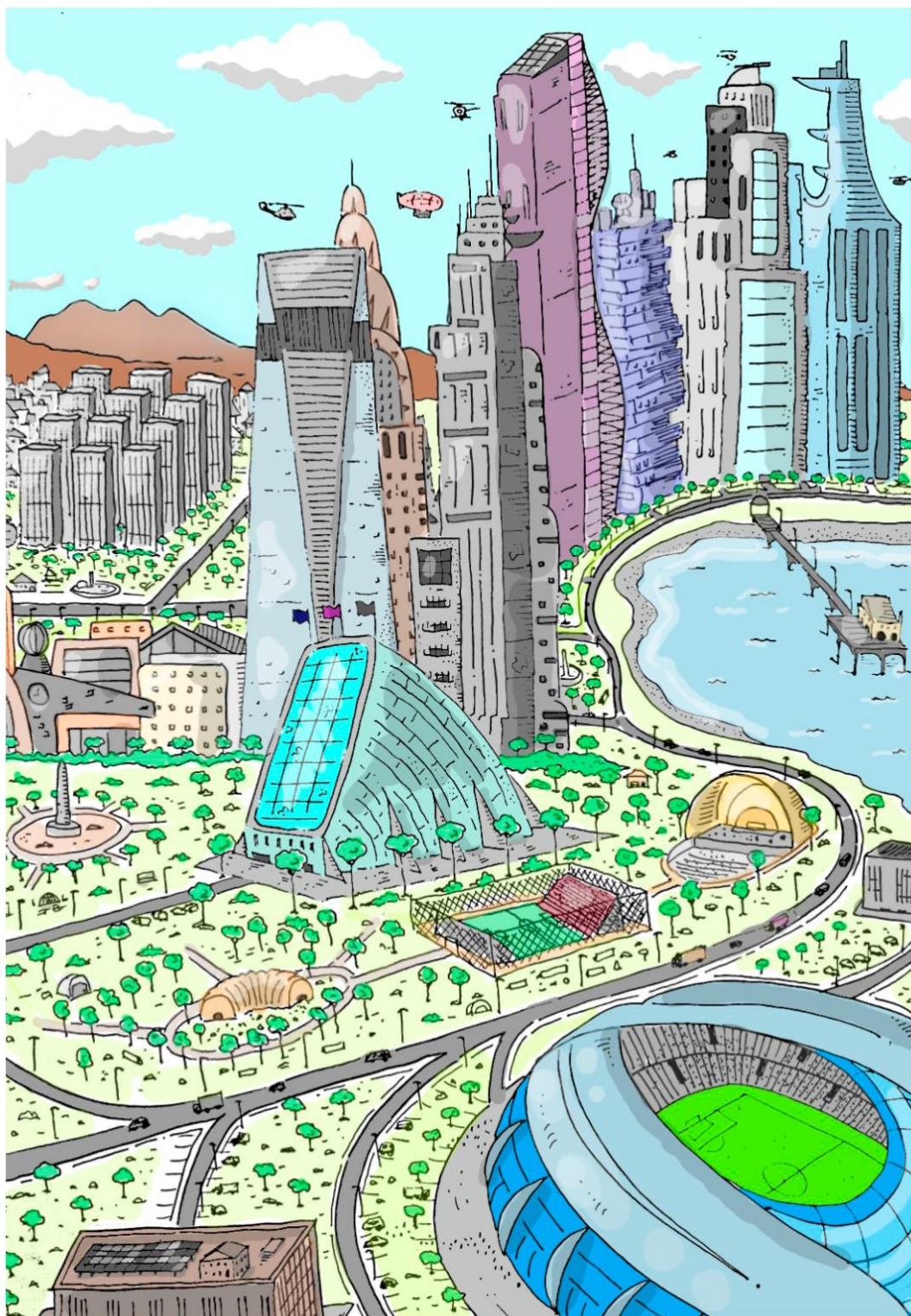
Quando Pedro ainda estava nos primórdios da infância, a Educação Fiscal começou a ser trabalhada pelos professores junto aos alunos, não só na educação infantil, mas em todas as etapas escolares.

Um dos reflexos positivos dessa ação foi a conscientização dos pais desses alunos, que passaram a saber sobre seus direitos e deveres como cidadãos, a compreender o funcionamento do Estado, além de conhecer as leis mais importantes do país em conjunto com seus filhos.

Aprenderam o conceito e a finalidade tanto dos tributos como das políticas públicas. Quanto mais a população entendia a relação entre ambos, maior era a vontade de participar e de exercer a cidadania.

Até um problema recorrente como a sonegação de impostos reduzira, ao passo que a qualidade das obras e dos serviços públicos, oferecidos pelo Estado, melhorava.

Entender com mais clareza o papel de cada um na engrenagem da sociedade a que pertencia influenciou de forma positiva o comportamento da população daquela província.



Província 2

Os cidadãos, antes afastados, apáticos e indiferentes ao que ocorria nas vizinhanças dos distritos, começaram a participar da vida pública, política e social, pois perceberam que eles eram os agentes da mudança.

Assim, iniciou-se o processo de construção da atual Província 2, que culminou no avanço de vários aspectos da vida em sociedade: a população tornou-se mais instruída, participativa e responsável por seus atos. A desigualdade entre os cidadãos diminuía à medida que ampliavam as oportunidades de estudo, pesquisa e trabalho.

Outra conquista obtida com a melhora na educação pública e com o conhecimento adquirido pelos habitantes foi a qualificação profissional, o que agregou qualidade e valor aos serviços e bens produzidos nos distritos da província. Isso trouxe prosperidade e contribuiu para aumentar a renda por pessoa e a qualidade de vida local.

Das cinco províncias participantes do “Campeonato Estudantil Mentres Pensantes Encaram Novos Desafios”, a Província 2 era a única que havia experimentado os efeitos benéficos da Educação Fiscal para o pleno exercício da Cidadania.

O maior desafio dessa equipe seria utilizar o conhecimento para propor estratégias que pudessem trazer soluções para os desafios postos nas fases do torneio.

Agora, quanto às outras quatro províncias, o caminho poderia ser muito mais difícil: para umas mais; para outras menos. Contudo, uma coisa era certa: todos buscavam alcançar o mesmo objetivo.



Provincia 3

Introdução

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

- ✚ Obras e serviços públicos: exemplos existentes nas áreas de educação, segurança, saúde, infraestrutura, previdência etc.
- ✚ Custo das obras e dos serviços públicos: pago com os recursos dos tributos.
- ✚ Os impostos são como uma “vaquinha” pública, para a qual todos contribuem direta ou indiretamente. Eles estão presentes no preço de várias coisas que compramos ou utilizamos.
- ✚ Exemplos de tributos:
 - impostos: são obrigatórios e a sua finalidade é conseguir receita para o Estado, ou seja, recursos públicos;
 - taxa: valor cobrado pela disponibilidade de um serviço público específico;
 - contribuições sociais: são para custear os serviços sociais como educação, saúde e previdência. Podem ser exigidas sobre o lucro das empresas, a folha de pagamento etc;
 - contribuição de melhoria: cobrada quando há valorização de um imóvel particular por causa de uma obra pública.

Solidariedade: o que nos une em sociedade

A Província 4, cujo destaque eram suas praias, parques, cavernas e fortalezas, atraía inúmeros turistas. Detinha um rico acervo histórico estampado em suas construções e preservado pelas memórias contadas de geração em geração por seu povo.

Era uma região com uma beleza natural única, onde o tempo parecia desacelerar e a correria do cotidiano dava lugar ao ócio criativo, sendo famosa mundo afora. Seus habitantes viviam da prestação de serviços e do turismo. Laura, a voz da província, vestida com chapéu de palha e roupa clara, anunciava esse estilo de vida descontraído.

Já o visual da equipe da Província 5 contrastava com o de Laura e companhia. Cauã e seus colegas eram adeptos da vida rústica no campo, gostavam de calça jeans, camisa e bota, pois estavam sempre cercados por animais, plantações e bastante poeira por causa de suas estradas de terra.

Por fim, a Província 1, cortada por uma exuberante formação rochosa, que praticamente a separava do restante do país, situava-se numa planície de clima seco ao pé dessas montanhas.



Província 4

Artur era o líder de seu time e trazia consigo muitas ideias. Diante das animosidades geográficas típicas, essa era uma região que germinava jovens com ideias inovadoras, às vezes nem sempre colocadas em prática, mas que com certeza seriam importantes durante os jogos.

A abertura do “Campeonato Estudantil Mentos Pensantes Encaram Novos Desafios” já iria começar, se não fosse a ausência da equipe da Província 1. Os participantes estavam alvoraçados com tamanha demora e falta de notícia, afinal, tinham acordado cedo. O relógio apontava uma hora de atraso e daqui a pouco a turma ia dispersar a atenção.

Nisso, uma questão pairou no ar: esperar o time ausente ou iniciar sem eles?

Um dilema, pois a depender da decisão, a Província 1 poderia ser prejudicada, afinal, a primeira rodada do torneio seria logo em seguida.

O conselho de árbitros reuniu-se para tentar conter os ânimos e sugerir algo.

Enquanto isso, os jogadores presentes conversaram e resolveram aguardar a equipe ausente. Agora, o momento era mais de preocupação com o que poderia ter acontecido aos conterrâneos do que com o tardar da hora.

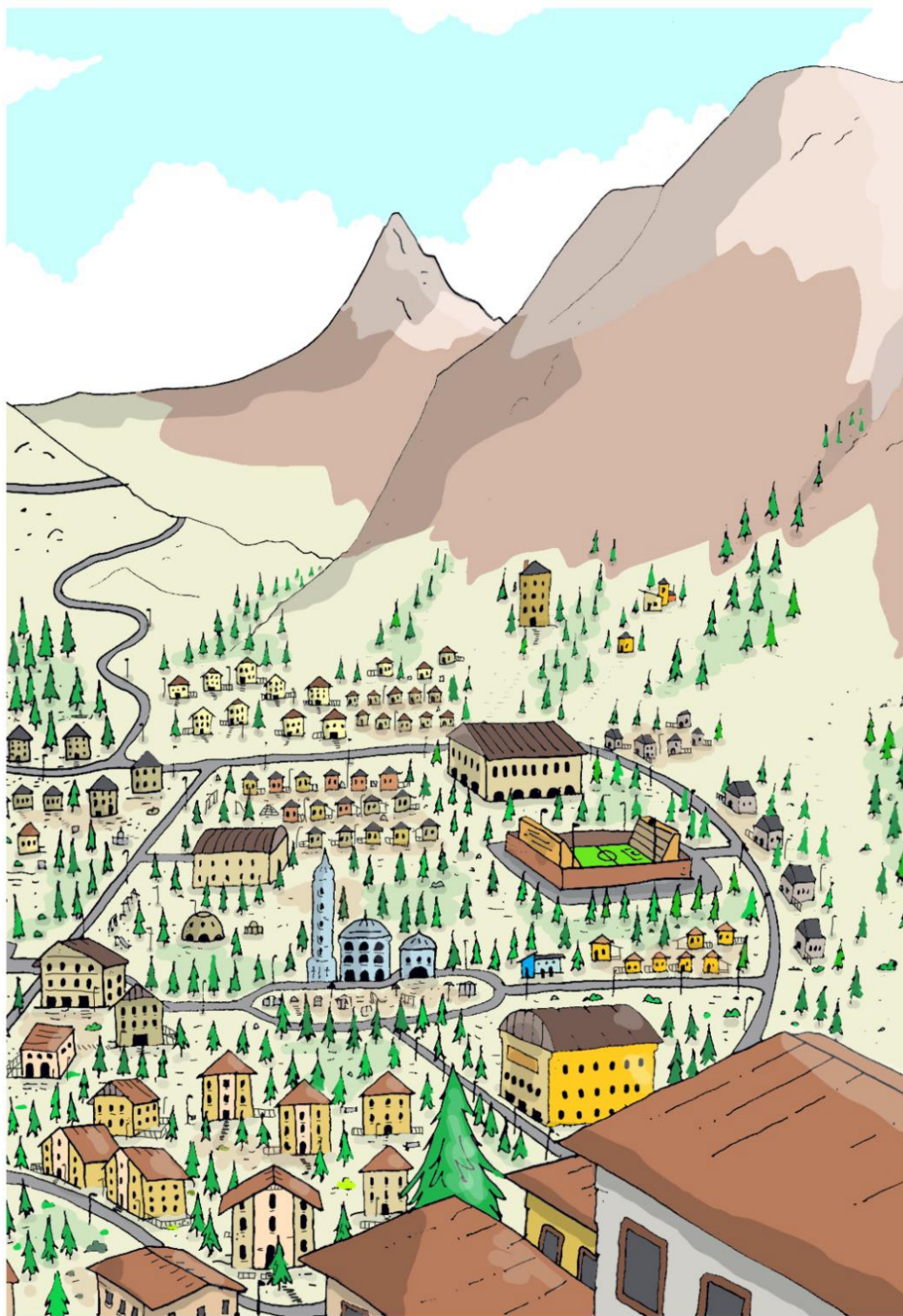
A busca por notícias não parava, a ausência de comunicação aumentava a tensão. Será que teriam sofrido um acidente? Ou só estariam em um local sem Internet, já que, na Província 1, a falta de sinal era comum.



Província 5

O que se sabia é que eles tinham optado pela rota terrestre ao invés da via aérea. Saíram alguns dias antes para vivenciar a viagem em grupo. A estrada até a sede do evento era uma aventura, cheia de curvas, subidas e descidas, além de paisagens incríveis em meio à natureza ainda pouco urbanizada.

A decisão de suspender os jogos e concentrar esforços para encontrar a equipe desaparecida fora unânime. Quase todos se voluntariaram a ajudar: alguns contribuíram com suas habilidades tecnológicas, outros reforçaram a equipe de resgate local.



Província 1

Solidariedade: o que nos une em sociedade

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

-  Viver em sociedade: fazer parte de um grupo de indivíduos que vivem em um determinado local e estabelecem relações sociais e econômicas. Com o tempo, esses habitantes passam a compartilhar laços históricos, culturais e aspirações de vida semelhantes, que ajudam a formar o sentimento de pertencimento e de solidariedade de uma sociedade, bem como sua identidade como um povo. Isso traz a consciência para que possam construir sua realidade futura.

-  Sociedade civil: cidadãos de uma sociedade, que como agentes políticos organizados, buscam a garantia dos direitos civis e sociais previstos na Constituição de um país.

-  O convívio escolar e as relações estabelecidas:
 - O respeito e a preocupação com o próximo: colegas, professores e funcionários da escola.
 - O impacto para o grupo quando alguém faz ou deixa de fazer algo.

Patrimônio público é um bem comum que precisamos conservar

Segundo os dados do satélite do Instituto Nacional de Inteligência e Geolocalização, o sinal de celular do grupo da Província 1 havia sido interrompido há três dias.

Pelo relatório, os viajantes teriam cruzado a montanha e estariam em algum lugar da zona de mata selvagem por onde passava a estrada que levava até o distrito-sede do evento.

Ao saber do ocorrido, a Província 5 logo acionou seus profissionais de resgate e veículos de busca, que se deslocaram para a provável área em que o grupo poderia ter se perdido.

A Província 3 ofereceu o moderno helicóptero, que havia sido adquirido com os recursos dos impostos, para monitoramento aéreo e segurança da zona de fronteira.

Algumas horas depois, o carro em que viajavam foi avistado tombado num barranco próximo à estrada.

Provavelmente, o motorista perdera o controle do carro ao tentar desviar de um dos buracos da via e pela falta de proteção lateral da estrada, que fora depredada, tombou encosta abaixo.

Por sorte, os cinco viajantes da Província 1 foram avistados perto de uma área de acampamento.

Embora fosse um local rústico e de difícil acesso, costumava ser frequentado por praticantes de trilhas e de esportes de aventura aos finais de semana. Portanto, existiam alguns caminhos sinalizados pela mata e com indicação de direção, o que facilitou a localização do grupo.

A equipe de resgate terrestre logo encontrou os jovens. Eles estavam cansados, com algumas torções, escoriações e arranhões.



Mapa com a localização das províncias e do distrito do campeonato

Patrimônio público é um bem comum que precisamos conservar

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

- ✚ Exemplos de patrimônios públicos: o prédio e os móveis da escola pública, o parque público, o posto de saúde, as ruas, a delegacia de polícia, a praça, as praias etc.
- ✚ A construção, a compra e a manutenção do patrimônio público, que são realizadas com os recursos dos tributos pagos pelos contribuintes.
- ✚ Dano ao patrimônio público. O prejuízo será de todos, pois a reparação será custeada com a arrecadação dos tributos, ou seja, com dinheiro público.
- ✚ A responsabilidade de preservar o patrimônio público.

De onde vem o dinheiro para manter o que é de todos?

Artur e os outros quatro sobreviventes precisavam de cuidados urgentes. Após receberem os primeiros socorros, ainda tinham que ser levados até o hospital público mais próximo, que ficava a aproximadamente 300 km dali.

- Ainda bem que há um helicóptero disponível! - exclamou Cauã, que integrava a equipe de resgate terrestre.

Aquela área de mata selvagem, por ser menos habitada, carecia de investimentos públicos e privados. Existia pouca atividade econômica e por isso recolhia poucos tributos aos cofres públicos.

Inclusive esse seria o tema de uma das etapas do jogo: como estimular o crescimento de uma província para que ela possa ser autossustentável?

O fato é que essa questão só poderia ser respondida com a presença dos jogadores de todas as províncias autônomas.

Apesar das províncias pertencerem a um mesmo país, o desenvolvimento econômico e a quantidade de tributos pagos ao Estado, tanto pelos cidadãos quanto pelas empresas, eram diferentes entre as cinco

regiões. Além disso, existiam divergências na maneira de administrar e de aplicar os recursos públicos vindos dos tributos.

A província de Pedro, por exemplo, era a que concentrava alta escolaridade de nível técnico-científico e oportunidades de emprego com boa remuneração, tanto que Pedro, mesmo no ensino médio, já era estagiário de uma empresa de tecnologia e criara um aplicativo.

A Província 2 sempre se preocupava com o aproveitamento das potencialidades dos distritos, bem como com o acesso dos cidadãos a políticas públicas que trouxessem melhorias para a população local, de tal modo que permitiu um desenvolvimento uniforme da região.

Ao longo dos anos, essa mentalidade colaborou para que todos evoluíssem em suas capacidades, o que resultou no crescimento da instrução, da renda e da qualidade de vida dos habitantes. Isso desencadeou um ritmo de consumo consciente que estimulou a produção de novos produtos, tecnologias e oferta de serviços, gerando um círculo virtuoso de prosperidade e investimento nos distritos da província.

Por causa disso, era a região que arrecadava mais impostos, porém com respeito à capacidade de contribuição das famílias e das empresas.

Aliás, era onde a sociedade exercia de maneira ativa e consciente a cidadania em suas várias dimensões, graças à Educação Fiscal implementada na década anterior. Também era o local onde os recursos públicos, obtidos pelos tributos pagos, eram geridos com sabedoria e transparência pelos seus governantes.

De onde vem o dinheiro para manter o que é de todos?

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

- ✚ Tributos são encargos que a sociedade tem obrigação de efetuar para o Estado e que possibilitam a realização de obras e o fornecimento de serviços públicos.
- ✚ Os impostos são um tipo de tributo e estão presentes no preço de quase tudo que consumimos: alimentos, aparelhos eletrônicos, roupas, serviços de TV a cabo e telefonia, salário e outros serviços que precisamos pagar para usar, como a luz elétrica, por exemplo.
- ✚ A relação entre a quantidade de tributos pagos e o retorno para a população: manutenção e investimentos tanto na infraestrutura das cidades, dos estados e do país quanto nos serviços públicos.

Nota Fiscal e Cupom Fiscal: aliados da sociedade

O time da Província 1 havia sido bem atendido pelos médicos do hospital público e retornara animado para o alojamento do evento. A experiência do “Campeonato Estudantil Mentos Pensantes Encaram Novos Desafios” era semelhante à de uma Olimpíada, pois os estudantes ficavam concentrados num local e focados em torno de um objetivo.

Os jogos eram disputados em cima dos problemas existentes nas regiões dos competidores. O time vencedor seria aquele que formulasse a melhor estratégia para superar os desafios propostos.

Na recepção da vila onde ficavam os alojamentos, Pedro, Laura e Sofia deram as boas-vindas aos bravos sobreviventes e receberam a incumbência de comprar alguns medicamentos na cidade.

Ao chegarem à farmácia foram atendidos de imediato e Laura prontamente efetuou o pagamento. Para espanto de Pedro, que a observava de longe, ela saiu sem pedir o cupom fiscal.

- Laura, você esqueceu de pedir o cupom fiscal – falou indignado.
- Ué, Pedro! Esse papel só serve para juntar lixo - retrucou ela.
- Ah, aposto que você não sabe para que serve a nota ou o cupom fiscal, Laura – disse Sofia, com ar de ironia.

- Eu não sou ligada nessas coisas, gente. Não entendo o porquê de perder tempo falando o número do CPF e pedindo a nota fiscal – falou Laura, irritada.

- Pois saiba, Laura, que ao pedir a nota ou o cupom fiscal com o CPF, que é o número que nos identifica no cadastro único de pessoas físicas, estamos exercendo a cidadania fiscal. Essa atitude é uma maneira de garantir que aquele imposto que nós pagamos ao comprar um produto terá que ser direcionado para os cofres públicos - explicou Pedro.

Sofia aproveitou a ocasião para tirar uma dúvida com o colega:

- É verdade que em alguns casos, na Província 2, o imposto pode até retornar para o contribuinte que o pagou ou estou enganada?

- Sim, Sofia, em casos específicos. A experiência que temos na Província 2 é a de que, ao retornar parte do valor do imposto sobre produtos essenciais, direto para o consumidor que o pagou, as pessoas tendem a usar o valor para consumir de novo, principalmente nas famílias de baixa renda – respondeu Pedro que, logo a seguir, explicou com mais detalhes:

- Isso foi adotado, por um período, quando ainda estávamos em processo de desenvolvimento e existiam famílias que precisavam desse auxílio para se organizarem e saírem da situação de vulnerabilidade. Foi uma ação que se utilizou da função socioeconômica dos tributos para estimular uma camada da sociedade a melhorar a sua condição de vida.

- Algo semelhante acontece com as pequenas empresas, por exemplo. Elas costumam receber incentivos, como reduções ou isenções de tributos, para que possam crescer e gerar mais empregos até que se tornem empresas maiores e mais estruturadas.

- Porém, para isso se tornar realidade, foi preciso tempo e um trabalho prévio de conscientização tributária, cidadania e educação financeira das famílias. Lembro que, quando era pequeno, meus pais não costumavam pedir a nota ou o cupom fiscal. Aliás, acho que naquela época eles nem sabiam o que significava.

- Hoje, atingimos um patamar de consciência e de responsabilidade no qual é raro a nota fiscal não ser emitida quando compramos um produto ou pagamos por um serviço - complementou o rapaz, que continuou a falar:

- Agora, esse estágio só foi alcançado quando a população entendeu qual era a finalidade e o processo por trás dessa simples atitude e, também, quando os governantes passaram a aplicar corretamente o imposto recolhido. Com o tempo, o comércio, os serviços e a produção local cresceram e todos foram beneficiados.

- A sociedade da Província 2 desenvolveu-se quando a cidadania passou a ser exercida por seus cidadãos, tanto no respeito aos direitos quanto no cumprimento dos deveres nas várias esferas da vida em sociedade: civil, política, social e fiscal. Pelo menos, foi o que aconteceu conosco – falou Pedro.

Está certo, além de bonito é inteligente. Assim, fica difícil discordar! – suspirou Sofia.

- Concordo, amiga. Sabe que quase me convenceu a pedir a nota fiscal para o vendedor ambulante da praia quando eu voltar para casa – brincou Laura.

- Parem com isso, estou só compartilhando a experiência bem-sucedida da Província 2. Sei que a realidade de vocês é diferente da minha, mas se seus habitantes quiserem evoluir como sociedade, em algum momento precisarão dar os primeiros passos – disse Pedro, e concluiu em tom inspirador:

- Inspirar-se em iniciativas que deram certo e colocá-las em prática, independentemente da ação do outro, é uma maneira de transformar o seu entorno.

Nota Fiscal e Cupom Fiscal: aliados da sociedade

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

- ✚ Informações constantes no cupom e/ou na nota fiscal de compra.
Exemplo: local onde aparece o valor do imposto.
- ✚ A nota ou cupom fiscal é uma das garantias de que o imposto que pagamos ao comprar um produto ou utilizar um serviço irá para o Estado.
- ✚ A inserção do número do CPF na nota fiscal ajuda a evitar a sonegação de impostos.
- ✚ Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) é um banco de dados com informações dos cidadãos e contribuintes pessoas físicas.
- ✚ Contribuinte: aquele que está obrigado a pagar um tributo.
- ✚ CPF: é uma sequência de números que identifica cada indivíduo.
- ✚ CNPJ: é o número de cadastro dos contribuintes pessoas jurídicas, que são as empresas.

Tributo e Constituição: O que uma coisa tem a ver com a outra?

No caminho de volta, os três continuavam a conversar e uma questão pairou no ar.

- Se existe a Constituição do país, que é a lei que estabelece normas gerais sobre vários assuntos, dentre eles a tributação, por que será que as pessoas e as empresas reclamam e evitam pagar tributos? – questionou Sofia.

- Simples, Sofia, porque ninguém gosta de fazer algo somente por ser obrigatório. Por exemplo, eu não gostava de ir à escola, ter que assistir aula chata e, depois, ainda fazer lição de casa. Queria era jogar bola – comentou Pedro, e continuou:

- Só quando entendi que para concorrer a um bom trabalho no futuro eu teria que estudar bastante, parei de reclamar e virei um aluno aplicado.

- Concordo. Acredito que para alguém fazer algo de forma espontânea, precisa estar convencido de que existe uma correlação entre custo e benefício – ponderou Sofia, e explicou um pouco mais:

- Se lermos a Constituição com atenção, veremos que está previsto tanto o dever de pagar tributos quanto o direito de usufruir do seu retorno.

Afinal, os recursos vindos do pagamento dos tributos financiam a estrutura organizacional do Estado e as políticas públicas promovidas pelos governos.

- Sim, mas pensem comigo. Como que alguém vai querer pagar imposto se vive num lugar onde o serviço público disponível é ruim, as ruas são inseguras e sem conservação, há falta de emprego e o sistema de esgoto e água tratada é precário! E, ainda, o indivíduo corre o risco de pagar mais caro por um serviço privado ou um produto se pedir a nota fiscal – replicou Laura.

- Bom, em parte, faz sentido. Para evitar que isso aconteça, a lei maior do país definiu as regras principais do jogo – explicou Pedro, e seguiu detalhando a explicação:

- Na Constituição que rege nosso país, encontramos como os entes autônomos que o formam estão organizados. Desde as menores unidades administrativas, que são os distritos das províncias, até a unidade maior que engloba todos esses entes, que é o país.

- Os entes autônomos e suas unidades administrativas funcionam por meio dos seus órgãos públicos e dentro dos limites de seu território.

- Como no corpo humano, os órgãos desempenham funções diferentes e têm competências específicas, porém, relacionam-se de forma harmônica.

- Quando há um desequilíbrio no funcionamento de algum órgão de um dos sistemas do corpo humano, o indivíduo fica doente e aparecem os sinais e sintomas de uma doença, como a gripe.

- Se a causa da doença não for descoberta ou o tratamento não for iniciado a tempo, outros órgãos e sistemas poderão ser afetados, o que agravará o quadro clínico do paciente.

- Um processo semelhante pode acontecer nos órgãos das unidades administrativas dos entes autônomos. Para minimizar isso, a Constituição estabeleceu as definições, as funções e as competências de cada um, com o objetivo de manter o equilíbrio e o funcionamento adequado dos principais sistemas que compõem o Estado:

- ❖ Sistema legislativo, formado por representantes eleitos pelo voto direto dos cidadãos, é o responsável por fazer as leis. O parlamento é a via pela qual os cidadãos podem exercer a cidadania ao fazer propostas para projetos de lei que atendam às necessidades da população das diversas camadas e setores da sociedade.
- ❖ Sistema executivo, cujo chefe é eleito pelos cidadãos, gere a estrutura do Estado, segundo as leis, e pautado nas diretrizes do plano de governo. Uma das funções do executivo é administrar as finanças públicas, ao recolher os tributos e executar as políticas públicas, ou seja, arrecadar recursos para realizar investimentos públicos e oferecer serviços para a população.
- ❖ Sistema judiciário existe para preservar a ordem pública e garantir os direitos individuais e coletivos por meio de um processo legal. Dentre suas inúmeras funções está a de resolver

conflitos entre partes divergentes sobre um determinado assunto e de acordo com o que está na Constituição e nas outras leis. Também julga atos, criminosos ou não, que infringem as leis.

- Exato, Pedro, apesar de serem separados e com funções bem diferentes, pertencem à engrenagem de uma mesma máquina: o Estado. Agora, o que faz a máquina girar e sair do lugar? – perguntou Laura.

Os três trocam olhares pensativos, enquanto Sofia tenta elaborar uma resposta simples e fácil de entender:

- Os tributos, pagos pelos contribuintes, são o combustível que faz a máquina girar, ou seja, o Estado funcionar.

- Os princípios e os valores morais de uma sociedade parecem determinar a direção para a qual a máquina segue e, também, são o guia de como esse caminho deve ser percorrido.

- O propósito de vida das pessoas de uma sociedade seria o objetivo que a máquina precisa alcançar. A realização de políticas públicas adequadas facilitaria o alcance do objetivo desejado.

- A Constituição traz o conjunto de normas que orientam o funcionamento dos componentes do Estado, bem como norteia as relações entre Estado, sociedade e governo – concluiu ela.

- Muito bem, e sabe dizer qual a razão da existência de toda essa organização que faz a máquina girar? – provocou Pedro.

- Eu sei - respondeu Laura. Toda essa estrutura existe para evitar um problema que existiu há séculos: o poder concentrado na figura de um governante e sua cúpula de aliados.

- Ah, lembro de ter estudado isso nas aulas de história e surpreendeu-me saber que em muitas sociedades do passado o governante tomava o poder de uma nação pela força. Depois, nomeava quem fazia as leis e administrava o dinheiro público, mas esse último, quase sempre, era utilizado para atender aos interesses de uma minoria – lembrou Sofia, indignada.

- E o mais triste: cobravam tributos excessivos para manter seus privilégios, puniam quem não concordasse com os abusos e infringisse as normas impostas arbitrariamente. Ainda bem que vivemos em outro tempo e realidade! - exclamou Laura, aliviada.

- Naquela época, a população não participava da administração do Estado e da elaboração das leis. A justiça, tal qual a conhecemos hoje, não existia. A ausência de divisão entre as funções de legislar, administrar e julgar, provocou distorções, revoltas, revoluções e até guerras, como conta a história – acrescentou Sofia.

- Nas sociedades atuais, felizmente, os governos são democráticos. Os cidadãos dos diferentes setores que formam uma sociedade podem exercer a cidadania ao participar do governo, seja ao elegerem quem irá representar seus interesses no sistema legislativo e na chefia do executivo, seja ao candidatarem-se para o exercício de um desses cargos públicos – falou Pedro.

- Agora, e se houver uma falha nesse sistema democrático e as leis acabarem por ser excessivas? Vocês não acham que a tendência natural, de qualquer um, seria a de tentar burlá-las? – argumentou Laura.

- Ou, ainda, se as políticas públicas existentes não corresponderem aos anseios da população? Ou, pior, se tiver corrupção, o esperado não seria sentir indignação e tentar fugir do que lhe é imposto? – questionou Sofia.

- Com certeza, gente, ninguém gosta de ser feito de bobo. Sem querer justificar o injustificável, transgredir as normas parece ser um comportamento de autodefesa numa sociedade desse tipo – filosofou Laura.

- Calma, moças! Posso terminar o raciocínio?

- Claro, Pedro, diga – falaram as duas juntas.

- Os Estados Democráticos de Direito são regidos por leis que permitem a manifestação da vontade popular, bem como garantem a existência de mecanismos legítimos e legais para que os cidadãos atuem com a finalidade de evitar que aconteçam abusos e distorções como no passado.

- Além disso, a justiça visa garantir tanto o respeito aos direitos individuais e coletivos, previstos na Constituição, quanto o cumprimento das obrigações a que cada componente do Estado e da sociedade estão submetidos, sem exceções – terminou o rapaz, finalmente.

Tributo e Constituição:

O que uma coisa tem a ver com a outra?

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

- ✚ A Constituição é a lei maior do país e por isso todos precisam conhecer e respeitar.

- ✚ A Constituição federal está impressa e pode ser encontrada na biblioteca pública. Também poderá ser acessada no site: planalto.gov.br.

- ✚ Cidadania: direitos e deveres dos cidadãos de um país.

- ✚ O dever de pagar tributo é determinado pela Constituição e por outras leis e abrange tanto os indivíduos (contribuintes pessoas físicas) quanto as empresas (contribuintes pessoas jurídicas).

- ✚ O direito a usufruir do retorno dos tributos também está escrito na Constituição e em outras leis.

Estado Democrático de Direito: Vamos entender o que é?

No retorno ao alojamento da vila estudantil, o trio deparara-se com uma agitação. Acontecia uma movimentação para iniciar os jogos.

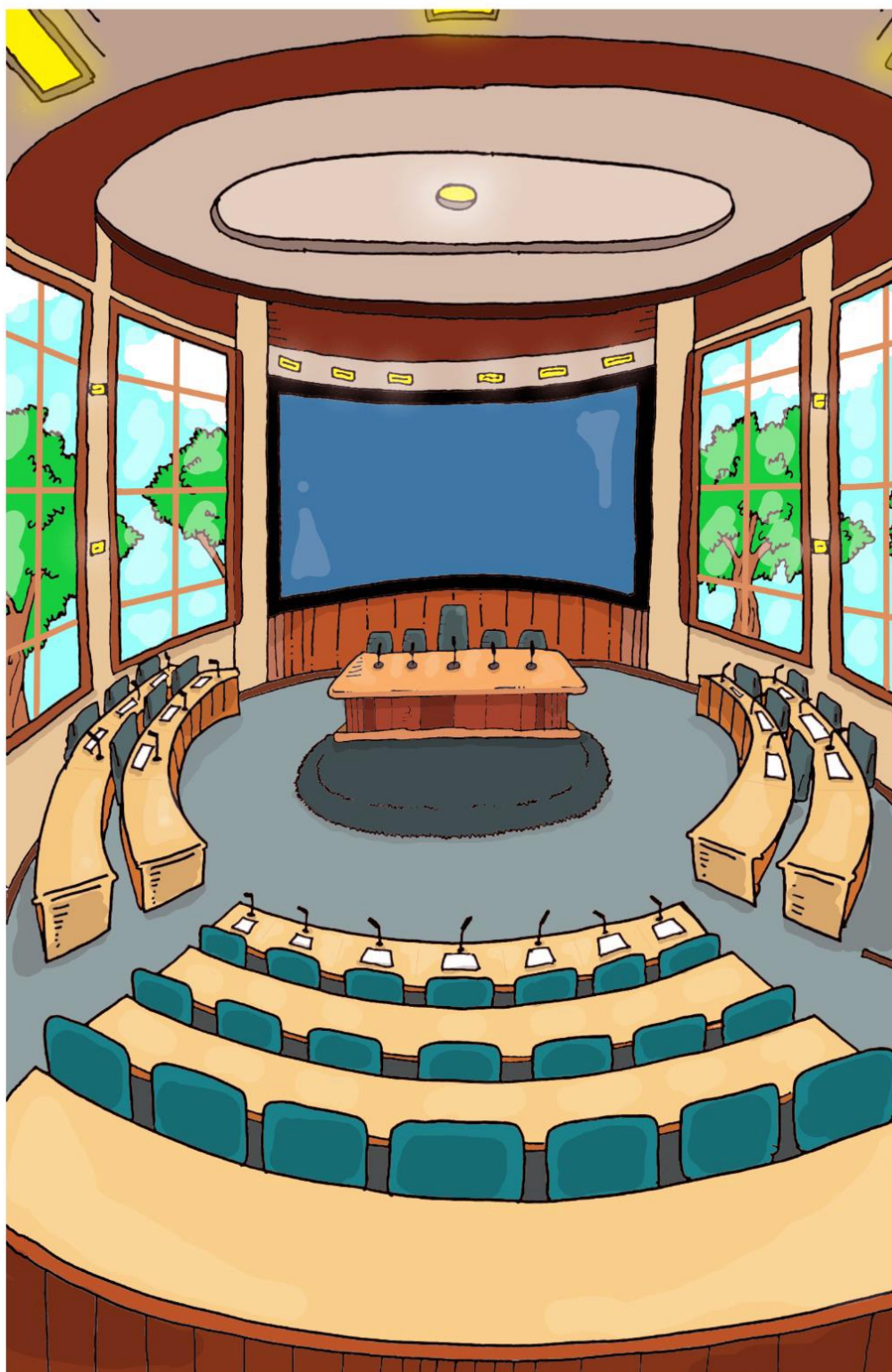
Cauã esperava ansioso pela chegada dos líderes dos três times. Era preciso votar qual seria a hora de início do evento.

Ao chegarem, todos foram direto para a sala de reunião. Ali, os cinco líderes das equipes e os árbitros do torneio debateram sobre o assunto. A maioria decidiu que o melhor seria que o evento começasse no dia seguinte, o que permitiria a recuperação adequada do time de Artur.

Assim, os outros participantes foram avisados e aproveitaram o tempo livre para confraternizarem.

Na manhã tão aguardada, iniciaram-se os jogos do “Campeonato Estudantil Mentos Pensantes Encaram Novos Desafios”.

O primeiro tema colocado para debate entre os times foi: se a educação e o conhecimento são ferramentas capazes de transformar uma realidade para melhor, como preparar as futuras gerações do país para um mundo cada vez mais digital, automatizado, interconectado e dinâmico?



Local do campeonato estudantil: arena de debates

Como num campeonato com vários times, cada um precisava estabelecer sua estratégia para vencer o jogo. Neste caso, como colocar em prática o desafio proposto.

Portanto, teriam que levar em conta o potencial das regiões, as adversidades existentes e as oportunidades.

Concentrados em seus alojamentos, os times planejavam a estratégia que seria apresentada na grande arena.

Quem será que traria a melhor solução?

No começo da tarde as equipes já estavam a postos e as ideias borbulhavam.

As apresentações começariam pela Província 1, seguida da Província 2 e assim por diante, sempre intercaladas para manifestação dos porta-vozes dos times.

Artur iniciou sua fala ao lembrar as causas do acidente que o time sofrera. Ressaltou que o acidente mostrava a ausência de civilidade dos habitantes que depredaram um bem público e, também, a falta de consciência dos governantes que deixaram uma estrada sem manutenção, com buracos no asfalto e propícia a acidentes.

- Diante disso, imaginem como ainda precisamos resolver questões básicas na educação, na infraestrutura, no exercício da cidadania etc. – dizia Artur.

- E como vivemos isolados por montanhas, formações rochosas e vulcões, sabemos da importância de estar conectado ao mundo digital. Por isso, entendemos que Internet acessível e computadores são indispensáveis nas escolas.

- Assim como professores capacitados para estimular habilidades cognitivas, práticas e emocionais que preparem os estudantes para conviver e trabalhar nesse mundo que está por vir – complementou ele.

- Além disso, o pensamento crítico e a capacidade de discernimento serão essenciais para os jovens, pois o bem e o mal sempre existiram e continuarão a coexistir. A era digital só potencializou algumas coisas que já existiam na era analógica.

- Então, a ideia é investir na educação básica tendo como modelo a Província 2, mas para isso precisaremos de recursos. Talvez tenhamos que fazer parcerias públicas ou privadas. De repente, explorar o turismo da nossa natureza exótica – concluiu Artur, com várias suposições.

Após as colocações feitas pela equipe da Província 1, abriu-se um espaço para que os outros times se manifestassem sobre o exposto, a começar pela primeira equipe inscrita. Portanto, era a vez do representante da Província 2 falar:

- Ao pensar sobre a diferença entre as nossas províncias, parece que o caminho para construir um país mais próspero, justo e menos desigual seria a colaboração mútua, seja entre os entes autônomos do Estado, seja por parceiras entre esses entes públicos e o setor privado.

- Dentro desse raciocínio, não faz sentido uma província encontrar-se num estágio avançado de desenvolvimento, se as outras províncias do país não estiverem nesse mesmo rumo – refletiu Pedro.

- Para tentar crescermos juntos, uma proposta seria direcionar parte do montante excedente dos tributos da nossa província para ser aplicado na educação e na criação de oportunidades em outra província menos favorecida – concluiu ele, e passou a palavra para a Província 3.

- Pelo relato feito por Artur, infelizmente, parece que os seres humanos precisam sempre ser lembrados sobre o que é certo ou errado, apesar de existirem leis que estabelecem limites para uma vida harmoniosa em sociedade – disse Sofia, que continuou a explicar a posição de seu time:

- Por isso, não só as leis são importantes. Os valores morais e éticos, que moldaram os instintos mais primitivos dos indivíduos e afastou-os da barbárie e da violência dos tempos antigos, continuam a ser fundamentais para um convívio social respeitoso e civilizado.

- Portanto, sugerimos agregar ao plano de educação proposto o ensino das virtudes humanas e de bons hábitos e costumes, para que os jovens tenham um propósito de vida e atitudes voltados para o bem.

Entretanto, o time da Província 3 discordava do que havia sido sugerido pela província de Pedro e explicaram o motivo:

- Apesar do nosso jardim estar mais florido do que o da Província 1, ainda temos que plantar e cultivar muitas sementes com os recursos dos

tributos de nossos contribuintes, para, enfim, florescermos como a Província 2.

- Por outro lado, somos a favor de haver uma colaboração entre as províncias em prol de um objetivo comum e que possibilite o desenvolvimento de todas as regiões – colocou Sofia.

Na sequência, as Províncias 4 e 5 manifestaram-se a favor da proposta da Província 1 acerca da educação das futuras gerações, bem como concordaram com as sugestões das Províncias 2 e 3 sobre as parcerias e a colaboração entre as regiões. Porém, ambas se abstiveram em relação a como isso poderia ser feito, principalmente quanto à proposta da Província 2 sobre a distribuição dos tributos.

Os árbitros do campeonato anotaram as posições das províncias, que iriam integrar o documento único do torneio e, em seguida, anunciaram o intervalo.

Ao término da última rodada os tópicos desse documento seriam colocados para votação final.

Os participantes costumavam aproveitar os momentos de pausa para conversas informais e reflexões filosóficas.

- Será que a ausência ou a distorção dos valores morais e éticos explicaria por que alguns indivíduos agem de maneira irresponsável ou inconsequente ao enganar o outro ou fazer algo que prejudica o próximo? – indagou Cauã.

- Pode ser que sim, mas não sou especialista no assunto. Só sei que o ser humano é um enigma a ser decifrado. Pena que atitudes equivocadas resultam em consequências ruins – refletiu Laura.

- Ai, turma, fico tão decepcionada ao lembrar que a Província 3 elegeu um governante cujo plano de governo incluía preparar os estudantes das escolas públicas para concorrerem às Olimpíadas de matemática, mas isso nunca aconteceu – relatou Sofia.

- E para piorar, descobriram que ocorrera desvio de dinheiro público, inclusive o da merenda escolar! – exclamou ela.

- Inacreditável, não? O pior é que muitos estudantes já sentiram na pele os efeitos negativos de más ações como essas, tanto que alguns deles, apesar de terem um diploma, mal sabem interpretar um texto ou fazer o cálculo matemático de um compra parcelada – lamentou Artur.

- A sorte foi que a população percebeu que algo estava errado nas contratações governamentais dos fornecedores e acionou os órgãos de fiscalização e controle das contas públicas. Eles agiram rápido e puniram os infratores – explicou Sofia.

- Por isso, o respeito aos valores de um Estado Democrático de Direito é tão importante para que os cidadãos exerçam a cidadania em todas as esferas: civil, social e política – frisou Pedro.

Estado Democrático de Direito:

Vamos entender o que é?

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

- ✚ Estado: é a instituição que organiza um país. Desempenha várias funções que são determinadas pela Constituição e demais leis.
- ✚ Democracia: é um regime político no qual todos os cidadãos, no exercício dos direitos políticos, manifestam sua vontade pelo voto ao escolher seus representantes no sistema legislativo e na chefia do executivo, como também podem ser eleitos para esses cargos do governo.
- ✚ Direito: conjunto de leis e normas que estabelecem regras e limites para o Estado, para o governo e para a sociedade a fim de promover uma convivência harmônica e equilibrada.
- ✚ O voto deve ser a manifestação da convicção e do livre pensamento de um indivíduo e é o instrumento para o exercício da democracia.
- ✚ O exercício da cidadania e a participação ativa do cidadão.

Como ser um cidadão participativo

De volta à arena de debates e ao tema central da rodada, Pedro começava a explicar a estratégia pensada pelo time da Província 2:

- Na nossa visão, a questão principal é a automatização dos serviços e a inteligência artificial. Dentro de um cenário realista e não tão ingênuo, isso pode até ser retardado para dar tempo de nos adaptarmos, mas será inevitável e uma ilusão acharmos que não acontecerá.

- Então, propomos um ensino técnico-profissionalizante voltado para as áreas de informática, sistemas, dados, robótica, além das disciplinas obrigatórias e dos temas transversais.

- Na Província 2, a política pública educacional tem sido tratada como prioridade há anos pelos nossos sucessivos governos. Os bons frutos dessa iniciativa foram colhidos com o tempo.

- Os habitantes tornaram-se mais instruídos, o que aumentou a participação ativa e o senso de responsabilidade dos cidadãos. Assim como a exigência em relação à qualidade dos serviços públicos oferecidos, principalmente em relação à educação básica.

- Os resultados positivos dessa evolução foram visíveis. Quanto mais as pessoas adquiriam conhecimento e desenvolviam suas habilidades intelectuais menor era desigualdade entre elas e maior era a capacidade individual de pensar, de entender temas complexos, de encontrar soluções e de colocá-las em prática.

- Outro aspecto que percebemos e queremos trazer para reflexão é o de que não adianta só uma província prosperar e implementar ações positivas se as outras não a acompanharem nesse processo, ainda mais quando vivemos dentro de um mesmo território e pertencemos à mesma nação.

- Será que o mais sensato não seria ajudar os conterrâneos a progredirem, por meio do intercâmbio de recursos humanos, orçamentários e financeiros? – questionou Pedro, ao concluir sua explanação.

Como na exposição de ideias da rodada anterior, abriu-se um espaço para o diálogo entre as províncias, a começar pela Província 5.

- Ei, rapaz, brilhante, foi direto ao ponto! Nós somos excelentes na produção de alimentos tanto para dentro quanto para fora do país. Porém, sabemos que sem tecnologia e pesquisa é quase impossível competir nesse ramo.

- A grande sacada, Pedro, talvez não seja só trazermos seus engenheiros, técnicos e cientistas para trabalharem conosco ou direcionar parte dos recursos dos seus impostos como sugerido. É bem provável que a solução seja implementar os modelos de administração e de políticas

públicas da Província 2 que formaram esses cidadãos e profissionais – argumentou Cauã, e continuou a falar:

- Daí, ao invés de sermos importadores de mentes pensantes, seremos geradores de mentes pensantes daqui a alguns anos, como a Província 2. E, ao contrário de desemprego, teremos uma província produtiva, autossustentável e jovens preparados para encarar novos desafios.

- Funcionaria mais ou menos como no esporte. Para uma equipe permanecer vencedora, precisa investir e engajar tanto os jogadores profissionais quanto a divisão de base que irá substituí-los! – exclamou ele.

Após a conclusão do seu pensamento, Cauã passou a palavra para a representante da Província 4.

- Que interessante! Ao ouvir vocês falarem, tento imaginar como entrar nesse mundo competitivo sem perder a essência. O que mais nos orgulhamos na Província 4 é encontrar pais, mães e filhos brincando ao ar livre e fazendo atividades esportivas juntos. Claro que, com a beleza natural de nossas praias, fica mais fácil vencer a competição contra os celulares e os jogos de computador.

- Pelo que vivenciamos, acreditamos que saber lidar emocionalmente com as adversidades do mundo digital, automatizado, interconectado e dinâmico é tão importante quanto o conhecimento técnico-científico para inserção no mercado de trabalho, como bem colocado por Cauã e Pedro – falou Laura, que aproveitou para dizer qual a posição da sua equipe:

- Achamos que o melhor é agir antes dos jovens ficarem viciados nas telas. Seria como nos treinamentos esportivos, em que os atletas treinam a parte física e mental.

- Nessa preparação prévia, eles aprimoram suas habilidades esportivas para competir na modalidade escolhida e também aprendem como enfrentar as adversidades de um jogo ou a vencer os desafios que surgem antes e durante a competição.

- Por esse motivo, atividades físicas e interativas nas escolas seriam perfeitas para desenvolver raciocínio lógico, atenção, memória, coordenação motora, capacidade de resolver problemas, pensamento crítico, criatividade e habilidades socioemocionais.

- Assim, as futuras gerações estariam preparadas e conscientes para conviver no mundo digital e interconectado, diferente do que aconteceu com parte da nossa geração e das anteriores, que ao optarem pelo papel de meros espectadores, tornaram-se passageiros ao invés de condutores da própria vida – finalizou ela.

Por fim, a líder do time da Província 3.

- Sensacional, adoramos – elogiou Sofia -, mas temos algumas ressalvas. Na realidade, como o próprio tema traz, a conexão entre os pontos abordados por todos parece ser o que nos permitirá caminhar com passos certos. Agora, resta saber como faremos isso, já que apesar de sermos conterrâneos, existem diferenças econômicas, geográficas, culturais e políticas entre as regiões.

A Província 2 pediu a palavra para responder ao questionamento da Província 3.

- Simples, Sofia, com trabalho conjunto e em prol de um objetivo comum. Podemos começar acessando o orçamento público pelo site de cada província, olhando quais são as receitas e as despesas, além de conhecer as políticas públicas existentes – falou Pedro.

Enquanto os debates do dia terminavam, o tema da segunda rodada havia sido lançado. Os times foram desafiados a encontrar soluções para implementar as propostas trazidas, considerando a situação atual das finanças públicas regionais.

Como ser um cidadão participativo

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

- ✚ Identificar necessidades locais onde os recursos dos tributos poderiam ser aplicados.
- ✚ Propostas e solicitações elaboradas segundo o estudo de um problema a ser resolvido e com as devidas justificativas.
- ✚ Canais e mecanismos que viabilizam a participação do cidadão junto à administração pública.
- ✚ Saber a quem acionar e qual o caminho para a correta apresentação de propostas e projetos.
- ✚ Quem são os representantes eleitos pelos cidadãos para o sistema legislativo das esferas federal, estadual e municipal. Como eles podem ser acionados para a defesa dos interesses de seus eleitores cidadãos.

Orçamento Público e o direito à informação de fácil compreensão

Apesar do dia exaustivo, as equipes estavam animadas para o momento de descontração e de interação do evento. Era o ambiente perfeito para os jovens conversarem e trocarem experiências de vida que levariam na bagagem de volta para casa.

Um enriquecedor intercâmbio de vivências e de realidades que certamente ampliaria os horizontes e traria ideias para os desafios colocados no campeonato.

Com o anoitecer, as luzes externas eram acessas à medida que a empolgação dos jovens era vencida pelo cansaço. Um a um, os participantes iam descansar.

Logo ao amanhecer, a turma já estava com a energia lá em cima. Buscavam na Internet informações sobre o orçamento público das regiões.

Embora a atividade proposta fosse apenas para analisar o portal de transparência das contas públicas da província a qual o time pertencia, a curiosidade fazia com que os times também acessassem os sites das outras quatro regiões. Inevitavelmente, começavam as reflexões sobre o tema.

Enquanto as horas passavam, as equipes estudavam quais eram as receitas e as despesas listadas nos sites governamentais.

Em linhas gerais, quase a totalidade das receitas das províncias e seus distritos vinham dos tributos. Na Província 2, os tributos locais correspondiam a 65% da receita orçamentária: 97,9% eram obtidos com o recolhimento de impostos, 2% com taxas para utilização de serviços específicos e 0,10% com contribuições de melhoria.

Os outros 35% dos recursos orçamentários disponíveis eram de transferências obrigatórias do Estado Maior (33%), que era o ente soberano do país, e de outras fontes locais de receitas (2%), como multas e exploração econômica de bens públicos.

O Estado Maior arrecadava outros tributos, que podiam ser desde impostos sobre a renda dos cidadãos até contribuições sociais e impostos sobre a atividade das empresas.

Do montante conseguido com esses tributos, o Estado Maior transferia uma parte desses recursos públicos para as províncias aplicarem nas políticas públicas como educação, segurança e saúde.

Com o restante da arrecadação de tributos pagava as aposentadorias dos idosos, financiava programas de assistência social e promovia o estímulo ao desenvolvimento econômico, entre outras ações.

- Nossa! Estou chocada. Olha o quão pouco de recursos que temos em comparação com os valores da Província 2! - exclamou Laura.

- Será que é por que na Província 4 a informalidade é algo comum e a população acha uma bobagem pedir a nota ou o cupom fiscal? – cutucou Sofia.

- Ou pode ser que a província da Laura seja um pouco parecida com a nossa, Sofia – defendeu Artur. Na Província 1 temos pouco investimento privado que poderia gerar riqueza e, por consequência, trazer tributos para financiar investimentos públicos.

- A maioria dos nossos habitantes é de baixa renda e pouca escolaridade, o comércio é fraco, os serviços são informais, mas aposto que é possível mudar essa realidade. Uma opção seria oferecer oportunidades de ensino profissional, e, em paralelo, estimular o empreendedorismo e atrair investimentos para que as pessoas tenham trabalho e renda que permitam a elas consumir bens e serviços necessários para uma vida digna - concluiu ele.

- Outra possibilidade para os poucos recursos públicos arrecadados pela Província 4 seria a de que a sua população ainda não entendeu que existem custos financeiros para manter os serviços públicos e realizar obras públicas, apesar de ambos serem utilizados por seus habitantes de forma gratuita. Esses custos são as despesas que aparecem listadas na prestação de contas do governo – complementou Cauã, que continuou a explicar:

- Os impostos são as receitas que pagam essas despesas, quanto mais impostos forem arrecadados, mais bens e serviços públicos poderão ser oferecidos pelo Estado.

- Lá vou eu, de novo, jogar um balde de água fria na conversa. Na Província 3, a receita conseguida com a cobrança dos impostos é boa, embora as políticas públicas sejam ruins - lamentou Sofia, que a seguir fez uma análise da situação:

- Graças à nossa produção diversificada, economia vibrante, população relativamente instruída, o governo arrecada bastante. Por outro lado, escolhemos governantes que só fazem besteiras com o orçamento público, pois não participamos nem acompanhamos nada. É uma falha nossa que precisa ser corrigida.

- Então, Sofia, o problema está aí! É como acontece em qualquer jogo. Para ganhar, existe um caminho a ser percorrido, no qual cada um dos vários jogadores desempenha uma função específica – apontou Pedro.

- Se um deles não cumprir o que lhe cabe, o time não avança e fica estacionado numa mesma posição – explicou ele. - A partir desse ponto, a tendência é deslizar ladeira abaixo e abalar a confiança entre os integrantes do time, o que é péssimo. Só resta descer na classificação dos piores da temporada, pessoal!

- Pois é! A evidência mais clara foi a sonegação consciente de impostos, que passou a ser frequente na minha província. Os cidadãos e as empresas sabiam que deveriam recolher o imposto para o Estado, mas optavam por sonegar e correr o risco de serem pegos. A justificativa era a má gestão dos recursos públicos e a falta de retorno para a sociedade, ou seja, não havia reciprocidade – comentou Sofia.

- Não sei a causa do problema, só sei que comportamentos ruins costumam inspirar comportamentos piores – filosofou Laura.

- Ou talvez tenham preferido a alternativa mais fácil ao invés de combater o que estava errado com boas e duradouras ações. Como dizem na minha terra: para evitar que as pragas se espalhem e apodreçam os frutos saudáveis, plante sementes fortes, cuide-as com carinho e colherá frutos resistentes a qualquer mal – refletiu Cauã.

- Ao contrário de suas províncias, pessoal, os contribuintes da Província 2 pagam os impostos espontaneamente, pois eles sabem quais são os seus direitos, mas também quais são as suas responsabilidades - falou Pedro.

- Por isso, os cidadãos participam da vida e do debate público ao exercerem a cidadania no campo civil, social e político. Assim, prezamos para que as regras do jogo sejam respeitadas e os jogadores permaneçam trilhando o caminho em direção ao bem comum - finalizou o rapaz da Província 2.

- Ah, entendi! Então numa sociedade em que cada cidadão exerce o seu papel, os tributos passam a cumprir sua função socioeconômica, ou seja, eles possibilitam o custeio de serviços públicos essenciais - educação, saúde, segurança, previdência-, bem como propiciam condições para que os cidadãos trabalhem, progridam e tenham uma vida digna – ponderou Laura.

- Exato! Por causa disso, queremos desenvolver a Província 1 para darmos a nossa contribuição e melhorar a qualidade desses serviços – disse Artur, com empolgação.

O país em que os jovens competidores viviam era uma federação, ou seja, as cinco províncias tinham governos autônomos, porém os passos para colocar em prática o orçamento público eram os mesmos e seguiam três leis.

A primeira lei apresenta o planejamento do governo e como esse pretende conduzir sua gestão: quais serão as áreas de prioridade e os resultados esperados.

Depois, uma segunda lei é elaborada para definir as diretrizes a serem seguidas e as metas a serem alcançadas. Na sequência, outra lei é feita para dizer onde e como gastar os recursos públicos no ano seguinte.

Em todas as etapas, os cidadãos podem participar por meio dos seus representantes eleitos. Ao votar em um candidato ao governo de um distrito, província ou país, o eleitor escolhe como será aplicado o dinheiro público vindo dos impostos.

O mesmo princípio vale para os candidatos que formulam e aprovam as leis. Muitas propostas do governo precisam passar pela votação desses representantes da população, principalmente as leis que envolvem questões importantes como as relativas à gestão das finanças públicas.

Neste momento, você talvez esteja a se perguntar: para que tudo isso?

Basicamente, para manter um equilíbrio entre o que o governo consegue arrecadar de impostos e o quanto pode dispende com políticas públicas, pagamento de pessoal, compra de equipamentos e investimentos em obras, por exemplo.

Como no orçamento doméstico, se alguém gastar mais do que ganha, ficará endividado. E, queira ou não, em algum momento terá que quitar essa dívida e as opções são poucas:

- ✓ Diminuir as despesas ao gastar menos nos meses seguintes e, com o que sobrar, pagar a dívida;
- ✓ Conseguir outra fonte de renda, como mais um trabalho ou um trabalho que pague melhor do que o atual, para aumentar a entrada de recursos;
- ✓ Empréstimo de dinheiro e pagar um valor por esse empréstimo, que são os juros, porém, isso aumenta o valor inicial da dívida.

Deu para perceber que nenhuma das opções é muito agradável, mas a segunda parece ser a mais atrativa, pois conseguimos manter as despesas necessárias, sem precisar emprestar dinheiro e fazer outra dívida.

Entretanto, não é tão simples quanto parece.

Para conseguir um trabalho melhor, é preciso estudar e qualificar-se, não?

E para ter mais um trabalho, provavelmente será preciso renunciar ao tempo livre e dedicar-se menos à família. Que dilema, hein!

Com o Estado não é diferente. Se as despesas forem maiores do que as receitas, e se essas despesas forem realmente necessárias, precisará aumentar a entrada de recursos, que são obtidos pela arrecadação de impostos, além de evitar gastos extras.

Contudo, ao contrário do que você deve ter pensado, aumentar a arrecadação não significa aumentar a carga de tributos sobre os cidadãos e as empresas, mas evitar a sonegação de impostos.

Afinal, existe um limite ao poder de tributar e esse está condicionado à capacidade econômica de cada contribuinte.

Nesse sentido, todos precisamos contribuir se quisermos evoluir para uma sociedade mais participativa, justa, próspera e menos desigual: uns mais; outros menos.

Orçamento Público e o direito à informação de fácil compreensão

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

- ✚ Ciclo do orçamento público: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- ✚ Plano Plurianual define, por um período de quatro anos, as prioridades, bem como as diretrizes e as metas a serem alcançadas pelas áreas de atuação do governo.
- ✚ Lei de Diretrizes Orçamentárias define as despesas mais importantes do governo para o ano seguinte. Estabelece regras para elaborar, organizar e executar o orçamento anual.
- ✚ Lei Orçamentária Anual traz a programação das despesas do governo, de acordo com o planejamento das áreas de atuação. Estabelece como serão custeados os investimentos e os serviços públicos com base na receita esperada com a arrecadação de tributos.

Orçamento Público e o direito à informação de fácil compreensão

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

- ✚ Ente federativo: federal, estadual e municipal. Cada um deles possui seu próprio ciclo orçamentário.
- ✚ Competências dos entes federativos e a respectiva área de atuação de cada esfera de governo: educação, saúde, saneamento básico, energia, conservação das ruas, segurança pública e de fronteiras, transporte, desenvolvimento econômico, previdência, infraestrutura, entres outros.
- ✚ Como a sociedade pode participar da elaboração do orçamento público.

Políticas Públicas

O campeonato estudantil seguia agitado pelo elevado nível dos debates sobre como preparar as futuras gerações do país para um mundo cada vez mais digital, automatizado, interconectado e dinâmico.

- Parece que todos concordam que a solução está na qualidade da educação das crianças e dos jovens, certo? – perguntou Pedro.

- Sim, percebemos que, independentemente dos valores do orçamento público das regiões, todas reservam uma boa porcentagem para investir na educação básica - observou Cauã.

- E o mais interessante é analisar tudo o que envolve essa política pública e as diferenças entre as regiões. Por exemplo, a província do Pedro consegue proporcionar treinamento aos professores e intercâmbio estudantil - analisou Sofia, que prosseguiu dizendo:

- As crianças e os jovens, além de aprenderem com professores cada vez mais atualizados, têm a possibilidade de vivenciar outras realidades ao poderem fazer excursões escolares e visitas guiadas. Isso permite conhecer um universo de possibilidades, além daquele em que o aluno está inserido, o que amplia a sua visão de mundo.

- Essas iniciativas são incríveis, o conhecimento esclarece o desconhecido e traz ferramentas para construir uma realidade melhor – comentou Artur, que embora feliz com as conquistas da Província 2, sentiu uma leve tristeza ao contar as dificuldades de sua região:

- Por enquanto, a Província 1 só consegue se preocupar com o básico: transporte para levar os estudantes até a escola mais próxima, merenda para a garotada ficar atenta e disposta a estudar, material escolar, uniforme, funcionários etc.

- Assim como na província de vocês, Artur, na Província 4 nunca há reserva de recursos para investir na capacitação dos professores, em equipamentos e numa educação voltada a preparar os estudantes para este mundo futuro que já está quase presente – lamentou Laura.

- Como falei antes, é preciso existir um objetivo maior que represente os anseios de toda a sociedade e que ultrapasse o período de gestão de um governo – orientou Pedro.

- Os sucessivos governos investiram na qualidade da educação básica ao incrementar o ensino com temas como educação fiscal e financeira, mercado de trabalho, cidadania, noções de tecnologia e informática. Esse aprendizado provocou mudanças positivas no comportamento dos cidadãos ao longo do tempo – lembrou Pedro, e elencou o sucesso alcançado:

- Atualmente, a Província 2 tem uma população instruída, empreendedora e inserida no contexto mundial, próspera e solidária. Ao

deixarmos de nos preocupar só com o nosso microcosmo, passamos a atuar nas soluções dos problemas da vida em sociedade.

- Que bom! – disse Sofia, contente.

Após, ela ainda fez um elogio ao dirigir a palavra a Pedro:

- Fico feliz de saber como seus governantes foram sábios e mais ainda por seus habitantes, que souberam aproveitar a oportunidade para crescer e evoluir.

- A experiência da Província 2 é admirável. Dá-nos esperança de que, apesar de trabalhoso, com o esforço de todos, é possível construir um caminho até o patamar de civilidade em que vocês se encontram.

- Que tal se fizéssemos essa proposta para os governos das nossas regiões? Como cidadãos, nós podemos identificar o que falta e o que pode ser melhorado numa política pública ou até apresentar uma proposta. Além disso, temos o exemplo real do que pode ser alcançado - colocou Artur.

- Concordo, vamos começar a elaborar o documento. Primeiro, vamos listar as necessidades e estabelecer uma ordem de prioridade. Depois, quais serão as iniciativas a serem colocadas em prática e os resultados esperados - apoiou Sofia.

Ao trilhar esse caminho, a Província 2 conseguiu formar cidadãos conscientes da sua responsabilidade social e comprometidos com o seu papel para com a sociedade a que pertencem.

- Esse time da Província 2 fez um golaço ao priorizar a qualidade do ensino público como uma ferramenta de transformação social, pois proporcionou autonomia e renda para a sua população – analisou Cauã.

- Essa ação estimulou o crescimento pessoal e profissional dos jovens, por meio do estudo e do trabalho, o que lhes possibilitou sonhar e escrever a própria história de vida - refletiu Artur.

- Na realidade, creio que se criou um círculo virtuoso, no qual os contribuintes pagam seus impostos em dia, pois sabem que esses recursos são bem administrados e retornam em bens e serviços públicos de qualidade – falou Pedro, que continuou a descrever os passos trilhados.

- Em conjunto, a província buscou desenvolver-se e ser autossustentável, sem precisar depender de privilégios, favores ou empréstimos de qualquer outro ente. A preocupação principal da sociedade e o objetivo de nossas políticas públicas sempre estiveram alinhados para criar um ambiente de oportunidades em que todos pudessem estudar, empreender, trabalhar e ter uma condição de vida digna – concluiu ele.

- Sensacional! A existência dessa reciprocidade fortalece o sentimento de pertencer a um lugar em que cada indivíduo percebe que, ao fazer a sua parte, ajuda a construir o próprio lugar em que vive e o seu entorno! – exclamou Sofia.

Políticas Públicas

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

- ✚ O conhecimento das políticas públicas existentes e os objetivos a serem alcançados.
- ✚ A educação como um exemplo de política pública: merenda escolar, material didático, uniforme, professores, prédio da escola e estrutura existente, transporte escolar etc.
- ✚ O exercício da cidadania, pela população, ao acompanhar a execução das políticas públicas existentes, ao denunciar qualquer irregularidade e ao propor novas políticas públicas, quando forem necessárias.
- ✚ Quem são os representantes eleitos, pelos cidadãos, que escolhem as políticas públicas a serem priorizadas e as áreas importantes do investimento público do governo.

Controle Social

Pedro continuava a explicar o processo de evolução de sua província e de como havia sido essencial o engajamento de toda a sociedade. Contou como foram os passos desde o início do trabalho nas escolas, com a inserção da Educação Fiscal e financeira, além de outros temas como cidadania e tecnologia, até a mudança de percepção dos contribuintes acerca da função dos tributos para o financiamento do Estado e dos serviços públicos.

Após anos de esforços, os cidadãos das diversas camadas da sociedade conscientizaram-se de que era importante a participação contínua nas questões que afetavam a vida coletiva e não somente durante o período eleitoral. Com o tempo, o envolvimento da população tornou-se organizado, frequente e voltado ao bem comum.

Conhecer como o orçamento público era elaborado e executado, bem como acompanhar se as políticas públicas alcançavam o resultado esperado, virou algo habitual e presente no diálogo cotidiano.

- É, pessoal, não foi fácil - disse Pedro, pensativo. - As etapas que tivemos que percorrer até o estágio atual assemelham-se às de um time em uma competição. Chegar até a final e ser vencedor exige disciplina,

persistência, adaptabilidade às situações adversas e avaliação e correção dos erros que o impedem de progredir.

- E mais um detalhe, Pedro, apesar das diferenças entre os jogadores, o objetivo tem que ser o mesmo: superar as dificuldades e vencer – pontuou Cauã, que seguiu contando o que aprendeu de suas vivências esportivas:

- Porém, se um jogador, por mais habilidoso que seja, não souber jogar em equipe, será muito difícil ganhar um jogo. Do mesmo jeito, se os outros jogadores não se esforçarem para desenvolver suas capacidades, mesmo que não sejam tão brilhantes quanto a estrela do time, provavelmente perderão o campeonato. Falo isso por experiência própria colegas.

- Adoro essas comparações simples e tão palpáveis desses moços lindos. Faz-nos pensar que os governos têm que ter disciplina nos gastos públicos, persistência na manutenção das boas políticas públicas existentes e planejamento adequado para passar por uma catástrofe sem prejudicar a população local – refletiu Laura, após as colocações feitas.

- Além de disponibilizar meios para avaliar os serviços públicos e corrigir os erros apontados pelos usuários e, assim, implementar um ciclo constante de melhorias – concluiu ela.

- E o principal: se queremos viver num lugar seguro, mais justo, menos desigual e com oportunidades de crescimento, temos que trabalhar em equipe, apesar das diferenças, e em prol de um objetivo que beneficie a todos – acrescentou Artur.

- São tantas questões a serem trabalhadas que daria um livro. A começar pela transparência das contas públicas e do equilíbrio entre a receita dos impostos e as despesas do governo. Um Estado endividado dificilmente terá recursos para fazer grandes investimentos em infraestrutura e/ou melhorar a qualidade dos serviços oferecidos – explicou Pedro.

- O mais absurdo é observar que, muitas vezes, parece que não existe um espírito de equipe entre governo, Estado e sociedade. Fico indignado com o desperdício do dinheiro público quando vejo obras paradas ou serviços malfeitos – disse Cauã, irritado.

- Com certeza. Se partirmos do princípio de que a função dos representantes eleitos é atender aos interesses de toda população, e não somente de alguns grupos, vocês não acham que o óbvio seria existir uma coerência acerca de quais investimentos e políticas públicas promovem o desenvolvimento de um local e de seus habitantes? Ou estou equivocada? – questionou Sofia.

- Sim, seu pensamento tem lógica, Sofia – retrucou Cauã.

Pedro também concordou com Sofia e, na sequência, fez outras observações ao dizer:

- A função do governo nada mais é do que gerir corretamente os recursos públicos em prol da sociedade como um todo. Dentro desse princípio, o que poderia ocorrer seria a divergência entre dois modelos possíveis de administrar um Estado. Uma linha que defende mais impostos e

mais serviços públicos, e outra linha que defende menos impostos e menos serviços públicos.

- Apesar disso, se os problemas essenciais e as possíveis soluções são conhecidos, não faz sentido haver tanta diferença em como as coisas são resolvidas ou priorizadas pelos sucessivos governantes, concordam? – instigou o rapaz da Província 2.

- Exato, por isso que parece que não saímos do lugar, cada um que entra quer fazer da sua maneira e reinventar a roda ao invés de aprimorar o que de bom já foi feito – respondeu Artur, e ponderou:

- Parece que o poder, infelizmente, mais seduz do que serve a algo nobre. Então, vamos lá para a velha tese dos pesos e contrapesos que mantém uma balança equilibrada.

- De um lado da balança atuam os cidadãos, quando acompanham e fiscalizam as ações do governo e dos componentes do Estado, os recursos públicos aplicados e as políticas públicas executadas.

- Do outro lado da balança está o Estado, que atua para que os contribuintes cumpram com seus deveres tributários e viabiliza ações para que eles usufruam de seus direitos – concluiu ele.

Sofia, como de costume, aproveitou a ocasião para formular uma explicação palpável ao comparar o tema em discussão com uma situação cotidiana ao contar sua experiência:

- Por exemplo, para organizarmos uma festa ou uma excursão com o dinheiro da turma, primeiro temos que fazer uma estimativa de custo do que será necessário: transporte, pousada, comida, passeios, guia, entre outros.

- Depois, fazemos a seleção das melhores propostas, comparamos o preço, a qualidade do produto e a reputação do prestador de serviço. Afinal, quem vai arriscar contratar uma agência de viagens em que o ônibus está sem manutenção ou, pior, se houver queixas de desrespeito às normas de segurança no trânsito?

- Na sequência, estimamos o quanto poderá ser cobrado de cada um sem que a turma reclame que está caro. Daí, com o montante arrecado, analisamos se será possível contratar passeios extras ou teremos que nos limitar ao que for indispensável.

- Por fim, prestamos contas do que foi feito e dos gastos realizados. Logo, nada mais justo que isso também aconteça na administração pública dos distritos, das províncias e do país – finalizou ela.

- Outra coisa, pessoal, quanto mais transparente, simples e fácil estiver de encontrar e entender essas informações, maior será a motivação da população para acompanhar os sites de compras governamentais, participar de audiências públicas e do debate de temas que impactam a sociedade – pontuou Pedro.

- Os canais para denunciar irregularidades na execução de contratações públicas precisam ser acessíveis, bem como devem existir canais para a

população propor o aperfeiçoamento das políticas públicas, na visão do cidadão como usuário de um serviço, por exemplo – frisou ele.

Artur vibrava com o tema da conversa e, empolgado, fez uma sugestão:

- Vamos montar o grupo dos observadores participativos para ajudar o Estado a oferecer melhores bens e serviços públicos, além de evitar desperdícios, ineficiência ou corrupção. Assim, quem sabe um dia sejamos todos parte de uma sociedade evoluída como a da província em que Pedro vive! – exclamou em tom de esperança.

Controle Social

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

- ✚ Controle social: o dever da sociedade de acompanhar as políticas públicas existentes e de verificar se os recursos dos tributos pagos estão sendo gastos corretamente.
- ✚ O dever dos governantes de prestar contas para a população, pois eles são agentes públicos e os representantes eleitos pela população para representá-la.
- ✚ A transparência dos gastos públicos para que a população consiga exercer o controle social.
- ✚ Portais de transparência das contas públicas dos governos dos entes federativos: municipal, estadual e federal.
- ✚ Site de compras governamentais: licitações e contratos públicos.

E o que é corrupção?

Após o período de debates, as equipes fizeram uma pausa para o lanche, mas a troca de ideias continuava entre Cauã e Artur.

- Nem me fale, Cauã. Pior do que lidar com alguém folgado é lidar com alguém desonesto. Não consigo imaginar o que se passa na cabeça de um indivíduo que se aproveita de um cargo público ou do dinheiro dos contribuintes para beneficiar a si próprio ou a um grupo de aliados – disse Artur, e começou a fazer algumas suposições:

- Será que eles não sentem remorso por trair a confiança e prejudicar inúmeros cidadãos que dependem dos serviços oferecidos pelo Estado?

- Ou será que essas pessoas não têm consciência ou estão tão dissociadas do mundo ao seu redor que não enxergam o próximo e acabam sendo indiferentes aos anseios da coletividade? Seria como se o outro não existisse, por não ser semelhante ou não pertencer ao mesmo grupo? – questionou ele, indignado.

- Ou talvez sejam daqueles que acham que cada qual com seus problemas, desde que não os afete – retrucou Cauã.

Enquanto escutava o diálogo, Pedro fazia uma breve análise dos avanços conquistados pelos distritos de sua província e compartilhou a experiência com os colegas:

- Ao ouvir vocês falarem percebo que só evoluímos a partir do momento em que superamos essas falhas de caráter moral e ético. Esses questionamentos retratam uma mentalidade tão atrasada para quem vive numa sociedade desenvolvida como a que construímos na Província 2.

- Os comportamentos resultantes da falta de valores morais e éticos são inaceitáveis pelos habitantes da minha região e repreendidos pelo sistema de justiça da província e dos distritos. E atrevo-me a dizer que esses foram os motivos que nos possibilitaram atingir o patamar em que estamos e serão essenciais para permanecermos nele – falou ele, sem hesitar.

- Sim, Pedro, acredito que sim – concordou Laura. Aliás, quero trazer uma reflexão sobre a relevância na formação do caráter moral e das virtudes humanas nas crianças e jovens, se quisermos evoluir como sociedade.

- Ter princípios e valores sólidos sobre o que é certo e honesto é muito importante para que o ser humano não transite no limite mais sombrio entre o passional e o racional, o egoísmo e o altruísmo, os interesses individuais e coletivos – refletiu ela.

- Penso, Laura, que por mais independente que eu seja, pois, cá entre nós, odeio que me regulem, tenho que concordar que é fundamental o respeito aos princípios, às leis e aos padrões de conduta para evitar desvios

de comportamento e punir os excessos que possam ser danosos ao convívio social – disse Cauã.

- Nossa! Se soubesse disso antes, teria colocado uma placa na vila dos alojamentos com os dizeres: proibido fazer bagunça após às 20h, sujeito a multa de cinquenta flexões de braço – brincou Sofia, sorridente.

- Nem pensar, pare de ser chata, todos estavam entretidos com a diversão, inclusive você. Hoje, vamos ficar acordados até às 23h ou enquanto a bateria durar! – exclamou Artur, animado.

- Está aí um exemplo de que dominar os impulsos e os instintos juvenis é um desafio, hein! Nem multa intimida – ironizou Sofia.

- Só que, pessoal, numa sociedade civilizada, o respeito ao próximo e às regras para uma convivência harmônica e voltada ao bem comum antecede a satisfação dos desejos e das vaidades individuais – pontuou Pedro.

E o que é corrupção?

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

- ✚ Corrupção deve ser entendida com um ato desonesto e errado para obter vantagens ou benefícios por meios ilegais ou ilícitos.
- ✚ Valores morais e éticos.
- ✚ A capacidade de praticar ou de aceitar algo desonesto ou ilícito e a relação com valores morais e éticos.
- ✚ Atitudes honestas e ações cotidianas corretas, praticadas por cada um, e que contribuem para o alcance de uma sociedade livre, justa e solidária, como está escrito na Constituição.
- ✚ Consequências negativas da corrupção para a sociedade.
- ✚ Atores de um ato de corrupção:
 - corruptor (sujeito que faz a proposta de corrupção);
 - corrompido (sujeito que aceita a proposta);
 - conivente (sujeito que sabe o que acontece e não faz algo para evitar, mesmo que não obtenha qualquer vantagem).

Produto pirata é fria!

Como de costume, depois das atividades programadas do dia, os estudantes reuniam-se no ponto de encontro da vila dos alojamentos para jantar e confraternizar. Hoje, Cauã e a banda iriam animar o evento com um repertório variado de músicas conhecidas.

Enquanto a banda testava os equipamentos, perceberam que alguns microfones estavam falhando e acharam que algo estava estranho. Afinal, a marca era renomada e utilizada em espetáculos de música por profissionais. Resolveram, então, perguntar ao funcionário da vila, que os ajudava na montagem, o que podia estar acontecendo.

O funcionário disse que os microfones eram novos e tinham sido comprados na semana anterior, mas não sabia dizer o motivo de não funcionarem direito. Sugeriu que eles fossem até a loja de equipamentos de som e eletrônicos para saber o que podia estar errado.

Antes de saírem, um dos integrantes da banda perguntou se ele tinha a nota fiscal dos microfones.

O funcionário falou que como a loja vendia a um preço mais barato, não fornecia nota fiscal. Segundo ele, ainda estava na garantia de uma

semana após a compra, era só levar o produto na embalagem e trocar por outro, caso houvesse algum problema.

Cauã achou aquilo muito estranho e suspeitou que o microfone podia ser falsificado, mesmo assim, a banda resolveu ir até a loja.

Ao chegarem lá, os jovens foram atendidos por uma moça que falava outro idioma, mas como a comunicação ultrapassa as palavras, ambos se fizeram entender e os dois aparelhos foram trocados. Porém, tudo tinha sido muito informal, o que levantou mais suspeitas de que o produto podia ser falso.

De volta ao alojamento, testaram os novos microfones, que agora funcionavam, mas o som saía baixo e abafado. Nisso, apareceu a chefe de cozinha da vila que, por coincidência, era musicista nas horas vagas.

- Ei, rapazes, deixem-me ver esses microfones. Acho que devem ser falsificados, pois tenho um microfone dessa marca e o som é perfeito. Está estranho, porque esse fabricante é um dos melhores do mundo, quase não dá problema – disse ela.

- Você sabe reconhecer entre o verdadeiro e o falso? – questionou Cauã.

A chefe de cozinha respondia enquanto apontava para um detalhe sutil que diferenciava o microfone original do falsificado.

- Às vezes pode ser difícil, pois alguns produtos piratas imitam bem a aparência do original, sendo quase idênticos. Só quando os colocamos em

funcionamento é que percebemos a qualidade ruim. Por isso, temos que estar sempre atentos!

- Observem este encaixe aqui, é uma imitação grosseira do original. Vou buscar o meu microfone para vocês verem a diferença entre eles. Aproveito para emprestá-lo para o *show* de logo mais – concluiu ela.

- Valeu! E, *chef*, está convidada para tocar conosco – convidou Cauã.



Vila dos alojamentos: palco do show com os instrumentos musicais

Produto pirata é fria!

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

-  Produto pirata ou falsificado é um produto fabricado fora das regras e que contraria várias leis.
-  A falsificação imita as características de algo original e que já existe. Ao copiar algo e utilizar o nome de marcas e/ou logotipos registrados e conhecidos sem autorização, há a violação dos direitos de quem investiu na pesquisa, criação ou invenção do produto original.
-  A compra de produto pirata prejudica toda a sociedade: não paga imposto para o Estado, incentiva práticas criminosas e ainda tende a diminuir a oferta de empregos formais que respeitam as leis trabalhistas e tributárias.
-  Fabricar e/ou comercializar produtos falsificados é crime.
-  Ausência de controle de qualidade: produtos piratas podem fazer mal à saúde e apresentar tanto defeitos de fabricação quanto de funcionamento.

A sonegação prejudica a todos

Algumas horas depois, o clima na vila dos alojamentos era de empolgação. A banda animava a plateia e contagiava até os mais tímidos e reservados.

Já quase no final do *show*, Cauã fazia solos de guitarra e preparava o clima para a convidada especial: a *chef* musicista, artista da culinária e da música. Ela entrou embalada pela rebeldia juvenil do *rock n'roll* e encerrou com uma poética balada romântica.

A plateia aplaudia e pedia *bis*, porém, infelizmente, o *show* tinha que terminar. Era tarde da noite e as atividades do campeonato continuariam na manhã do dia seguinte.

Logo que o som parou e o salão fora iluminado, Artur foi direto falar com o guitarrista da banda.

- Que bacana esta guitarra, Cauã. Posso tocar um pouco?
- Claro, mas tome cuidado!
- Que demais, onde você comprou? Quero uma igual – sondou Artur.

Cauã ficou mudo, desviou o olhar e tentou fugir da questão, mas respondeu envergonhado:

- Opa! Aí você me pegou, nem sei se posso falar. Ainda mais, com a Sofia e o Pedro aqui ao lado.

- Ah, já sei, deixe-me adivinhar. Deve ter comprado no mercado clandestino, estou certa? – perguntou-lhe Sofia.

- Puxa, sei que fiz algo errado e não sinto orgulho disso. Apesar de ainda ser estudante e meu salário de vendedor ser baixo, não se justifica. Encomendei de um conhecido que trazia do exterior, pois era mais barato do que na loja daqui – falou Cauã.

- Esta guitarra é demais, pena que custa uma fortuna. O rapaz deve importar na informalidade e vender sem nota fiscal – supôs Artur.

- Provavelmente, ele deve burlar as regras da Aduana para a entrada de mercadorias estrangeiras, ao passar pela alfândega sem declarar o produto. Assim, ele importa um produto original, mas de forma ilegal, sem pagar impostos – sugeriu Sofia.

Pedro escutava o diálogo e aproveitou para esclarecer a situação com um simples questionamento sobre o ocorrido:

- Ei, Cauã, relaxa, não estou aqui para dar lição de moral em ninguém, mas preste atenção na incoerência da sua atitude. Você trabalha numa loja, tem um emprego formal, ganha um salário fixo e mais comissão de vendas, certo?

- Sim – assentiu ele com a cabeça.

- Então, se eu deixar de comprar um produto na loja em que você trabalha, só porque ele sai mais caro do que no mercado clandestino, você não acha que essa atitude irá afetar o seu emprego? – indagou-o novamente Pedro.

- Hum? Acho que sim – respondeu Cauã. - Sabe que eu nunca não tinha feito essa relação – pensou em voz alta e chateado consigo mesmo, após entender a consequência do que fez.

- E não só você será afetado pelo comércio ilícito de produtos falsificados ou de produtos originais vendidos sem o valor dos devidos impostos. Toda a rede do comércio legal será prejudicada, desde o fabricante ou o importador até o consumidor final, que é um cidadão e usuário de um serviço público – explicou Pedro, que foi ajudado por Sofia:

- Em resumo, no preço de uma guitarra estão embutidos os custos dos insumos de quem fabrica o produto, como matéria-prima, mão de obra, equipamentos e, também, os custos da loja que comercializa, como luz, aluguel, empregados, tributos, entre outras despesas.

- Ufa, entendi! A produção local e o comércio legal fazem a roda girar, pois geram empregos e renda para que as pessoas possam consumir bens e serviços. Isso aumenta a arrecadação de impostos e de contribuições que financiam obras e serviços públicos, ações de assistência social e a previdência, por exemplo – refletiu Cauã.

- Que negócio complexo, hein! Acho que vamos ter que estudar mais para conseguirmos um bom trabalho na Província 2 e mudarmos para lá. Daí, acabam-se as justificativas que nos levam a comprar produtos por vias duvidosas e a buscar alternativas erradas para não pagar impostos – brincou Artur, que a seguir fez um comentário desanimador:

- Não quero ser pessimista, mas ainda temos tanto que evoluir até alcançar o patamar de consciência e de responsabilidade da Província 2 que migrar às vezes parece ser a única saída para impulsionar a velocidade com que a roda gira.

- Ao contrário, turma, temos é que desenvolver o potencial das nossas províncias e distritos para que todas as rodas girem e percorram um caminho semelhante ao da Província 2 – encorajou Sofia.

Cauã, já ciente dos efeitos negativos de seu ato anterior, arriscou comparar as semelhanças entre o tema discutido e uma conduta repreendida no ambiente esportivo:

- Os efeitos da sonegação de impostos ou do produto falsificado parecem ser quase iguais ao *doping* num esporte de alta performance. O atleta que faz uso de substâncias para potencializar seu desempenho e superar seus adversários utiliza-se de um artifício ilícito para levar vantagem sobre os outros.

- Esse comportamento viola os princípios e valores que tornam uma competição justa, tanto que o atleta é punido quando o *doping* é descoberto,

por desrespeito às regras que estabelecem igualdade de condições entre os competidores de uma modalidade esportiva – concluiu Cauã.

Até o momento, Laura acompanhava a conversa como ouvinte e, como boa observadora, aprendia com os colegas. Pouco antes do grupo se despedir para descansar, resolveu fazer uma reflexão que sintetizava tudo o que fora falado antes.

- Só existe mérito na vitória quando os métodos para vencer são honestos – disse ela, filosofando.

- Bem colocado, Laura – elogiou Pedro, que, na sequência, fez uma ponderação sobre os temas abordados ao dizer:

- Em resumo, pessoal, práticas ilegais como a sonegação, a corrupção, o contrabando e a falsificação são condenáveis, pois beneficiam somente o autor da prática e tornam o ambiente de negócios injusto para os concorrentes que respeitam as regras do jogo. Ao burlar as normas, os infratores desonestos prejudicam a sociedade e o país – finaliza Pedro.

Ainda faltavam alguns dias até a grande final do “Campeonato Estudantil Mentos Pensantes Encaram Novos Desafios” e, por enquanto, ninguém sabia qual seria o time vencedor.

O que se sabia e circulava pelos corredores era que ninguém sairia indiferente aos benefícios proporcionados pelo conhecimento das diversas realidades, pela reflexão e pelo debate de propostas para a solução dos problemas comuns.

Além de viver uma experiência única, os estudantes aprenderam que, como no esporte, a cidadania é uma conquista que garante direitos, mas impõe obrigações aos cidadãos de um país.

Os jovens perceberam que, para que a cidadania seja alcançada em sua plenitude, precisa ser exercida segundo os valores morais, a ética e as leis por toda a sociedade e suas Instituições.

Esses princípios e regras equalizam as diferenças e coíbem desvios de conduta, o que permite um ambiente com igualdade de oportunidades e condições para que todos os indivíduos desenvolvam suas capacidades e busquem uma vida digna.

A sonegação prejudica a todos

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

- ✚ A responsabilidade de cada cidadão para a construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária, como escrito na Constituição.
- ✚ O respeito às regras estabelecidas pela Constituição e pelas leis.
- ✚ A consciência de que o não pagamento de tributos prejudica o funcionamento do Estado e a execução das políticas públicas.
- ✚ Sonegação: ato intencional de esconder algo de alguém.
- ✚ Sonegação fiscal: prática de ações erradas e ilegais para evitar o pagamento dos impostos obrigatórios.
- ✚ Aduana: órgão da administração pública responsável pelo controle aduaneiro. Sua função é monitorar e fiscalizar as operações e movimentações que acontecem na entrada ou na saída de mercadorias, bens e veículos de um país.

A sonegação prejudica a todos

Tópicos, conceitos e abordagens que podem ser trabalhados:

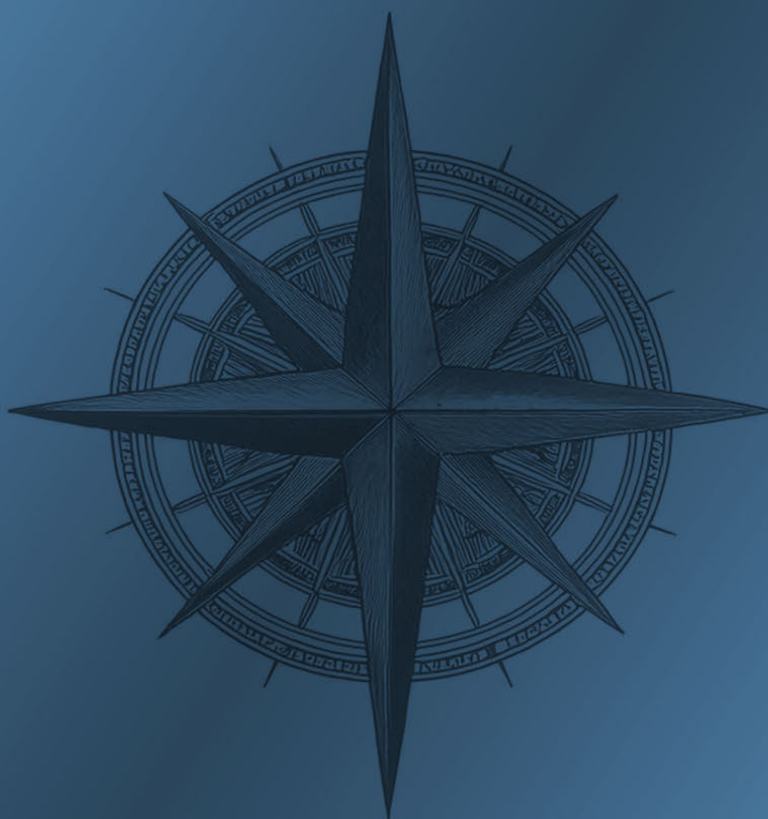
-  Alfândegas: repartições governamentais localizadas nas fronteiras terrestres, aeroportos e portos.

-  Fiscalização do fluxo internacional de mercadorias:
 - detecta a importação ilegal e apreende produtos proibidos, falsificados ou sem o pagamento dos tributos devidos;
 - identifica e apreende produtos ilícitos ou ilegais que tentam entrar ou sair pelas fronteiras do país;
 - evita a sonegação de impostos na importação de produtos originais e autênticos;
 - protege os empreendedores e as empresas que funcionam de acordo com as leis.

 Receita Federal



Programa
**Cidadania
Fiscal**



Receita Federal